

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

# *Relatório da Presidência*

Exercício de 1979



2509811

Presidente e desembargadora Lydia Dias Fernandes

ao. 1553  
ex. 2105

Cumprindo determinação legal, tenho a honra de apresentar à consideração de Vv. Exas. o relatório e os mapas das atividades do Tribunal de Justiça do Estado durante o ano próximo passado.

Como é do conhecimento de todos, ao assumir o honrado cargo de Presidenta desta Augusta Casa de Justiça, para o biênio 1979-1980, tracei a diretriz para a execução da árdua tarefa que me foi confiada. Devo ressaltar que esse programa tem sido religiosamente cumprido, dentro das possibilidades financeiras de que dispõe o Poder Judiciário.

Na primeira etapa da minha gestão procurei levar à frente o plano de trabalho traçado, fornecendo aos magistrados das Comarcas da Capital e do Interior o necessário para o regular funcionamento da máquina judiciária. Por outro lado o Governo do Estado, continuando o seu programa destinado a dar melhores condições de trabalho aos magistrados, inaugurou, durante o ano de 1977, os Foruns das Comarcas de Curuçá e Itaituba, estando em vias de conclusão os de Abaetetuba, Altamira, Marabá e Igarapé-Miri.

Os Foruns inaugurados receberam mobiliário adequado.

---

### PLENÁRIO DO TRIBUNAL

---

Em 23 de abril do ano passado foi aposentado, a pedido, o Desembargador Sílvio Hall de Moura, e, por isso, o Tribunal da Justiça, em sessão solene realizada no dia 30 de maio, prestou-lhe carinhosa homenagem. S.Exa. foi saudado pelo Desembargador Edgar Lassance Cunha, usando da palavra, também, os Representantes do Ministério Público, Ordem dos Advogados e os Doutores Waldemar Carneiro e Luis Faria, este, Secretário do Tribunal de Justiça do Estado.

341. 4192509811  
P221  
#

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DO PARÁ  
Biblioteca Des. Antônio Kuy  
Data 12/12/90 Nº de Reg. 528/90

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DO PARÁ  
BIBLIOTECA

Com a aposentadoria do Desembargador Sílvio, ascendeu ao Tribunal de Justiça do Estado o Doutor Calistrato Alves de Mattos, Juiz de Direito da 4a. Vara Penal, que foi recebido em sessão da qual foi orador o Exmo. Sr. Desembargador Almir de Lima Pereira. Usaram da palavra, ainda, os representantes do Ministério Público e Ordem dos Advogados, Secção do Pará.

---

## CÓDIGO JUDICIÁRIO E LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL

---

O ano passado foi marcante para a Justiça Brasileira. A implantação da Reforma do Poder Judiciário através da Lei Orgânica da Magistratura Nacional e o restabelecimento das garantias tradicionais, consideradas indispensáveis, coloca o Poder Judiciário à altura do progresso da Nação.

Para adaptar o Código Judiciário à nova Lei foi constituída uma comissão composta dos Desembargadores Oswaldo Pojucan Tavares, Antônio Koury, Raymundo Hélio de Paiva Mello e Almir de Lima Pereira, os quais, desincumbindo-se do relevante encargo, submeteram o projeto à apreciação dos eminentes Desembargadores, que concordaram com o mesmo e acrescentaram proposições.

Várias alterações foram introduzidas no novo Código, tais como: a criação de ofícios, serventias e os respectivos Juízos na Capital e no Interior; criação de Juízes Regionais, que, além das substituições, exercerão outras importantes atribuições; a divisão do Pará em 15 Regiões Judiciárias; a transformação das Pretorias em Comarcas e a criação de novas Varas na Comarca da Capital e em algumas do Interior.

---

## CONCURSOS

---

No ano transato, foram realizados dois concursos de habilitação para os cargos de Juiz de Direito de 1a. Entrância e Auditor Militar. O primeiro teve lugar no mês de junho, tendo sido aprovados os Doutores Rômulo José Ferreira Nunes, Maria Angélica Ribeiro Lopes, Paulo Sérgio Frota e Silva, Maria de

Nazaré Silva Barbosa e Marta Inês Antunes Lima, que foram nomeados, respectivamente, para as Comarcas de Oriximiná, Óbidos, Conceição do Araguaia, Itaituba e Altamira.

Em sessão solene, realizada a 9 de outubro, no Auditório do Palácio da Justiça, os novos magistrados tomaram posse, sendo saudados pela Exma. Sra. Dra. Maria Lúcia Caminha Gomes dos Santos, Juíza de Direito da 9a. Vara Cível da Comarca da Capital. Agradecendo, falou o Dr. Rômulo José Ferreira Nunes.

A solenidade foi prestigiada pela presença do Exmo. Sr. Doutor Secretário de Interior e Justiça, Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Presidente da Ordem dos Advogados, Procurador Geral do Estado, Juízes, Pretores Promotores, Advogados, amigos e familiares dos Juízes.

Ao segundo concurso, realizado no ano recém-findo para preenchimento da vaga de Auditor Militar, inscreveram-se 11 candidatos, dos quais somente dois compareceram, não conseguindo, entretanto, aprovação. Oportunamente será aberto novo concurso.

Realizou-se, também, concurso para preenchimento de vagas na Secretaria do Tribunal, Forum e Repartição Criminal. Resta-nos converter em lei a já projetada reclassificação, visando melhorar a situação dos funcionários.

---

## MOVIMENTAÇÃO NO QUADRO DE JUÍZES E PRETORES

---

Durante o ano passado foram submetidas à consideração do Plenário do Tribunal três promoções de Juízes de Direito, cinco remoções de Juízes das Comarcas do Interior, oito remoções de Pretores do Interior, uma recondução de Pretor da Capital, oito reconduções de Pretores do Interior, uma aposentadoria de Desembargador e uma nomeação.

---

## ATIVIDADES JUDICIÁRIAS DO TRIBUNAL PLENO

---

O Tribunal Pleno realizou 19 sessões no desempenho de seu ofício ordinário, onze extraordinárias e as seguintes sessões solenes:

Abertura do Ano Judiciário, a 5 de fevereiro, quando foi empossada a atual Direção do Tribunal de Justiça do Estado.

Sessão de Despedida, realizada a 30 de maio, em homenagem ao Desembargador Sílvio Hall de Moura, que se aposentou, a pedido, de suas funções judicantes.

Sessão de Posse do Doutor Calistrato Alves de Mattos (15.06).

---

## SESSÃO DE XI DE AGOSTO

---

A 11 de agosto, data em que se comemora a Instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil, o Tribunal de Justiça realizou Sessão Solene com a colaboração da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Pará, Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal do Pará e Ministério Público. Na ocasião foram entregues Medalhas de Alta Distinção Judiciária, já anteriormente concedidas, ao Ten.-Cel. Alacid da Silva Nunes, Governador do Estado, e Prof. Clóvis Silva de Moraes Rego, ex-Governador, pelos relevantes serviços prestados ao Poder Judiciário.

Pelo Tribunal de Justiça usou da palavra o Desembargador Ricardo Borges Filho e, como convidado, falou o Professor Caio Mário Meira de Vasconcelos, Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

---

## DIA DA JUSTIÇA

---

A passagem do Dia da Justiça foi solenemente comemorada.

Além das palavras pronunciadas pela representante do Tribunal, tivemos a honra de ouvir o Dr. Daniel Coelho de Souza, uma das mais brilhantes culturas do mundo jurídico brasileiro. Na oportunidade, o Senador Jarbas Gonçalves Passarinho, através do Dr. Gerson Peres, Vice-Governador do Estado, foi agraciado com a Medalha de Alta Distinção Judiciária, já anteriormente concedida.

---

## OUTRAS SOLENIDADES

---

Tive a satisfação de presidir a sessão de abertura do I Ciclo de Palestras sobre o Direito do Menor, nas noites de 30 e 31 de março, as quais foram proferidas pelo Dr. Alyrio Cavalliere, no Auditório do Centro Bio-Médico.

Presidi, também, uma sessão do I Ciclo de Estudos de Direito Processual Penal, em homenagem ao Des. Sílvio Hall de Moura, na qual foi conferencista o processualista José Frederico Marques.

Presidi, ainda, a sessão de lançamento do "Ementário da Jurisprudência Dominante no Tribunal de Justiça do Estado", obra de grande utilidade, na qual seu autor, o Desembargador Sílvio Hall de Moura, selecionou os principais julgados da mais alta Corte de Justiça do Pará, durante os anos de 1973 a 1978.

---

## CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO ANEXO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

---

O mais sério problema que enfrenta atualmente a direção do Tribunal de Justiça é a falta de espaço físico para abrigar novos juízos e setores da administração.

Ao assumir o Governo do Estado, o Tenente-Coronel Alacid Nunes percorreu todas as dependências do Palácio da Justiça inteirando-se das nossas reais necessidades. Imediatamente determinou providências para a construção do prédio anexo, cuja conclusão está prevista para o fim do ano em curso.

---

## MELHORAMENTOS INTRODUZIDOS NOS DIVERSOS SETORES

---

Visando melhorar a central de refrigeração do Plenário do Tribunal, entramos em entendimento com o Governador e conseguimos do IDESP a doação de três aparelhos para reforço dos já existentes. Para as necessárias adaptações, depois de cumpridas as formalidades de estilo, foram contratados os serviços da firma PRIMAC e construído um abrigo para facilitar a aeração.

Além do exposto, os gabinetes dos Juízes e Pretores da Capital foram revestidos de tapeçaria e instalados nos mesmos aparelhos de ar condicionado.

Receberam igual tratamento a sala-de-estar dos Desembargadores, Contabilidade e Tesouraria.

O prédio recebeu pintura na parte interna, a central telefônica foi revisionada por técnicos da TELEPARÁ, foram reparados os portões de entrada e do Tribunal do Júri e adquirido um automóvel Opala para condução de Desembargadores.

---

## CONSELHO DA MAGISTRATURA

---

O Conselho da Magistratura reuniu 18 vezes julgando os recursos de sua atribuição, conforme mapa anexo.

Os setores de Administração, Pessoal, Contabilidade, Médico, Biblioteca, Tesouraria, Museu e a Taquigrafia funcionaram normalmente, graças ao esforço e abnegação de seus dirigentes e funcionários. Os mapas anexos mostram o trabalho desses setores.

---

## REVISTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

---

A Revista do Tribunal de Justiça foi iniciada em 1891, com o nome de "Julgados". É pioneira na Amazônia e, a partir de 1979, passou a circular três vezes por ano. Sua coordenação está a cargo do nosso eficiente Subsecretário, Dr. Gengis Freire de Souza, e da Dra. Ana Rosa Souza, que não medem sacrifícios para que a matéria seja primorosamente distribuída.

---

## PROCURADOR GERAL DO ESTADO

---

A partir do mês de março passamos a contar com a presença, no Plenário, do Exmo. Sr. Dr. Arthur Cláudio Melo, novo Procurador Geral do Estado.

---

## VISITAS

---

Durante o ano passado honraram-nos, entre outras, as seguintes visitas: Ten.-Cel. Alacid da Silva Nunes, Governador do Estado; Ex-Governador Clóvis Silva de Moraes Rego; Brigadeiro Felipe Sant' Ana, Prefeito Municipal de Belém; Dr. Alyrio Cavalliere, Juiz de Direito no Rio de Janeiro; Dr. Caio Mário Meira de Vasconcelos, Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro; Cônego Ápio Campos, Pró-Reitor de Planejamento da UFPa.; General Luiz Pires Ururahy Netto, Comandante da 8a. Região Militar; Jean Beliard, Embaixador da França; Antonio Teixeira, Deputado; James Stone, Embaixador do Canadá; Dr. Dennis Scabo, Presidente da

Sociedade Internacional de Criminologia; Gen. de Bda. Vinícius Kruehl; Robert M. Fayre, Embaixador dos E.E.U.U.; Dr. Geraldo Starling Soares, Corregedor Geral do T.S.T., acompanhado do Dr. Orlando Costa, presidente do T.R.T. da 8a. Região; Conde Jean Des Enffans d' Avernas, Embaixador da Bélgica; Deputado Flávio Marcílio, Presidente da Câmara Federal; Sr. Bashir K. Fadel, Embaixador da Líbia; Vice-Almirante Luiz Leal Ferreira, Comandante do IV Distrito Naval; Sr. Gerson Rodrigues Fonnegra, Embaixador da Colômbia; Almirante de Esquadra José Calvente Aranda, Ex-Comandante do IV Distrito Naval, e Desembargadores José Pessoa, Aderson-Carvalho e Guerra Barreto, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, e Evandro Pereira de Andrade, do Tribunal de Justiça da Bahia.

---

## RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

---

No exercício da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado apreciei 46 recursos extraordinários, tendo admitido oito e negado seguimento a 38.

---

## ATIVIDADE ADMINISTRATIVA BUROCRÁTICA

---

A atividade administrativa burocrática do Tribunal de Justiça foi intensa no ano passado. A Presidência expediu 1.098 ofícios, 295 telegramas e 280 portarias.

---

## REPRESENTAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

---

Atendendo a convites, representei o Egrégio Tribunal de Justiça, como Presidenta, em diversas cerimônias públicas neste Estado.

---

## CONCLUSÃO

---

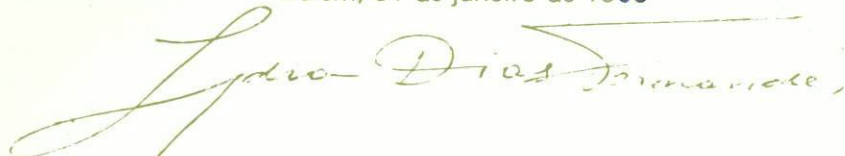
Eis, Senhores Desembargadores, a minha atuação durante o ano de 1979.

Não tenho a pretensão de ter realizado obra de vulto

na primeira etapa de minha administração. Dei, porém, tudo para que os serviços da Justiça pudessem cumprir sua real finalidade.

Quero deixar aqui consignados os meus louvores aos Srs. Juízes, Pretores, Secretário e Subsecretário do Tribunal de Justiça, dirigentes dos vários setores da Administração Judiciária, Serventuários e Oficiais de Justiça em geral, aos funcionários da Secretaria e aos demais pela prestímosa colaboração, atestado eloqüente de compreensão, disciplina e amor ao trabalho.

Belém, 31 de janeiro de 1980



---

## *Relatório da Secretaria*

---

Senhora Presidenta:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para apresentar um resumido Relatório das atividades da Secretaria do Tribunal de Justiça durante o ano de 1979, com os anexos trinta e nove (39) Mapas Estatísticos das várias Secções demonstrando a movimentação dos processos entrados, distribuídos e julgados pelo Egrégio Tribunal Pleno, pelas Egrégias Câmaras Reunidas e Isoladas e pelo douto Conselho da Magistratura, bem assim o que diz respeito ao serviço comum e rotineiro da Secretaria e em cumprimento aos respeitáveis despachos exarados por essa digna Presidência.

Permita-me tecer algumas considerações sobre assuntos mais relevantes.

**Pessoal** — O corpo de funcionários do Tribunal, de um modo geral, está constituído de 113 servidores desde o titular da Secretaria aos que servem na Corregedoria Geral da Justiça e todos os ocupantes de cargos em comissão.

Faz-se urgente a reclassificação do quadro do funcionalismo e a realização do concurso público para preenchimento dos cargos ainda vagos, ficando, dessa maneira, regularizada a situação dos funcionários do Tribunal.

**Material** — Está diretamente ligado à Diretoria Administrativa, que deve ter apresentado a movimentação do

Almoxarifado, a cargo, anteriormente, desta Secretaria.

Permita-me, porém, apelar a Vossa Excelência para a urgente necessidade da aquisição de uma nova e moderna máquina Xerox para os serviços em geral. A atual, adquirida na Presidência do Exmo. Sr. Desembargador Ricardo Borges Filho, embora cuidadosamente tratada, vem sendo movimentada todos esses anos, diariamente, sem cessar, do início ao término do expediente normal da repartição e, até mesmo, em horas extras para satisfazer urgentes serviços. Atendendo à Presidência e Vice-Presidência do Tribunal, aos Exmos. Srs. Desembargadores, à Secretaria, ao Serviço de Contabilidade, à Tesouraria, etc., Vossa Excelência poderá verificar no mapa organizado pelo zeloso funcionário encarregado do funcionamento da máquina xerox que, em 1979, foram extraídas 48.378 e o medidor final registrou, até 31 de dezembro passado, a extração de 133.978 cópias. Daí a razão de, no decorrer dos últimos meses do ano findo, terem ocorrido várias panes nessa máquina.

Renovo, nesta oportunidade, o anterior pedido de mais 2 máquinas de escrever de 120 espaços para a Sala da Secretaria.

Biblioteca — A Biblioteca do Tribunal se viu acrescida de mais 480 volumes, por compra ou doação, aumentando o ser acervo para 3.470 volumes.

Como declarei em meu Relatório anterior, mister se fazem novas salas para a Biblioteca, atualmente com espaço físico insuficiente, com livros, revistas e material espalhados sobre a mesa central e no próprio chão, visto estarem lotados todos os armários e estantes situadas na sala.

Revista do Tribunal — Orientada e dirigida eficientemente pelo dr. Gengis Freire de Souza, Subsecretário, foram impressos e distribuídos três números — 17, 18 e 19 —, lançados oficialmente nas sessões solenes da Instalação do Ano Judiciário e das Comemorações do Aniversário da Instituição dos Cursos Jurídicos do Brasil e do Dia da Justiça, a 4 de fevereiro, 11 de agosto e 8 de dezembro, respectivamente.

Sessões — Foram lavradas 316 atas durante o ano findo e correspondendo às sessões ordinárias e extraordinárias do Colendo Tribunal Pleno, das Egrégias Câmaras Reunidas e das 1as, 2as, e 3as. Câmaras Isoladas e, nas mesmas, proferidos 5.292 votos pelos Excelentíssimos Senhores Desembargadores, discriminados, a cada um, nos respectivos mapas.

Foram realizadas Sessões Solenes a 11 de agosto e 8 de dezembro, datas do Aniversário da Instituição dos Cursos Jurídicos no

Brasil e consagrada ao “Dia da Justiça”, respectivamente, bem como na posse do Exmo. Sr. Desembargador Calistrato Alves de Mattos e na despedida do Exmo. Sr. Desembargador Sílvio Hall de Moura, pela sua aposentadoria.

Museu Judiciário — Vossa Excelência verificará, no meticuloso Relatório da funcionária responsável pelo Museu Judiciário, toda a sua movimentação, com expressivo número de visitantes e curiosos no material lá existente.

Permita-me Vossa Excelência sugerir ser o mesmo transferido para outra dependência, se for concretizada a construção de um anexo ao atual prédio do Palácio da Justiça.

Funcionários — Em fins de 1979, foi aposentada compulsoriamente a antiga funcionária Gilda da Conceição Ferreira, por ter atingido 70 anos de idade. Os seus colegas da Secretaria prestaram-lhe justa e merecida homenagem, oferecendo-lhe uma lembrança e usando da palavra, em nome dos funcionários, a senhora Pérola Pacífico da Costa.

As férias foram gozadas de acordo com a escala organizada e as licenças para tratamento de saúde concedidas de acordo com os laudos médicos apresentados.

Ao dr. Gengis Freire de Souza, digno Subsecretário, e a todos os prezados funcionários que servem na Secretaria, pela sua eficiente colaboração, dedicado zelo e proveitosa capacidade de trabalho no cumprimento dos seus deveres, afora a harmonia reinante entre todos, penhoradamente agradeço, pois, sem tal colaboração e necessário apoio, não poderia eu cumprir também com o meu dever, como tenho procurado fazê-lo em tantos anos de exercício no honroso cargo.

Respeitosamente,

Belém, 15 de janeiro de 1980

LUIS FARIA

Secretário do TJE

# Relatório da Corregedoria

Senhora Presidenta:

Cumprindo o dever de apresentar a Vossa Excelência o Relatório concernente às atividades deste Órgão de Colaboração do Poder Judiciário, relativas ao exercício de 1979, inicialmente devo evidenciar que assumi as elevadas funções de Corregedor Geral da Justiça na sessão solene de cinco (5) de fevereiro do referido ano, para o biênio de 1979/1981.

1. DILIGÊNCIAS — Em decorrência da natureza das funções que me são atribuídas, desloquei-me para o interior do Estado, por várias vezes, com a finalidade de sanar irregularidades e tomar medidas colaterais no sentido de impedir a continuidade dos impecilhos que emperram a boa administração da Justiça e cortar os abusos ou excessos que a desvirtuam.

1.1. Em Santarém realizei inspeção, ouvi a MM. Juíza Diretora do Forum sobre as necessidades da Comarca, inclusive verifiquei as condições materiais do prédio do Forum, cujas conclusões e pedidos de providências foram objeto de expediente especial desta Corregedoria à Presidência do Tribunal.

1.2. Na Comarca de Monte Alegre estive por duas ocasiões, a primeira para proceder Sindicâncias resultantes de Representação contra a MM. Juíza de Direito, cujo relatório será encaminhado ao Egrégio Tribunal, através de sua Presidência, para os ulteriores de

direito. A segunda, em decorrência do Processo Administrativo instaurado pelo Conselho da Magistratura contra o titular do Cartório de Imóveis.

Na oportunidade fui à cidade de Prainha, sede do Termo do mesmo nome, procedendo Sindicâncias no Cartório do Registro Civil, sendo os autos resultantes submetidos à apreciação do Conselho da Magistratura, que ordenou a abertura de Processo Administrativo, sob a Presidência do Juiz de Direito da Comarca.

Estive, outrossim, nas Comarcas de Viseu, Maracanã e Igarapé-Açu efetivando Sindicâncias e Correições. Exceto em relação a Viseu, os autos elaborados já receberam decisão final deste Órgão.

2. OUTRAS ATIVIDADES 2.1. — Inúmeros são os problemas que vêm afetando o Poder Judiciário, implicando que a prestação de serviços jurisdicionais se apresente, às vezes, deficiente, tardia, e por isto mesmo inoperante.

Excluída a reconhecida ausência de infra-estrutura, já lugar-comum nos reclamos contra a Justiça Paraense, fatores outros vêm influenciando na apresentação de resultados completamente opostos ao desiderato que todos esperam da Magistratura e do Poder que esta representa.

Dentre eles avulta o número insuficiente de Juízes de carreira na primeira Entrância (Interior) e na Especial (Capital), provocando, com isto, o acúmulo excessivo de processos nos cartórios, situação agravada na primeira Entrância, onde existem dez (10) Comarcas sem titulares — Afuá, Alenquer, Baião, Cametá, Chaves, Marabá, Monte Alegre, Muaná, Tucuruí e Vigia —, para as quais os baixos níveis de remuneração nem sempre motivam os mais capacitados. Em conseqüência, temos Comarcas ocupadas por Pretores, ficando os seus Termos sob a responsabilidade de Juízes Suplentes, sem qualquer condição intelectual para o exercício das funções.

A liberalidade com que se vem concedendo remoções e permutas a Juízes de Direito e a Pretores provoca uma rotatividade altamente prejudicial, resultando no entravamento dos trabalhos inerentes ao cargo, porquanto o Magistrado transferido ou removido necessita de tempo para se assenhorar dos problemas existentes na área de sua nova jurisdição.

Essa situação anormal é agravada pelas abusivas ausências de seus domicílios por parte de alguns Magistrados, omitindo-se de suas obrigações, concorrendo, lamentavelmente, para o desprestígio da Justiça.

Felizmente a maioria dos Magistrados procura cumprir



com os seus deveres, enfrentando, comumente, incompreensões e obstáculos de toda natureza, bastando mencionar, como exemplo, a insuficiência da dotação orçamentária para a efetivação de diligências no Crime e inexistente para a alimentação dos presos de Justiça. Essa carência — de verba para a alimentação — aliada à insegurança da Cadeia Pública obrigam a busca de uma solução que seria de desejar não ocorresse: o pedido de transferência do preso para a Comarca da Capital, antes do julgamento final, e o de ter o Corregedor, respaldado em decisão do Egrégio Tribunal Pleno, de deferir em atenção aos motivos alinhados em cada caso concreto.

2.2. O cumprimento de Precatórias foi outro problema preocupador desta Corregedoria, pela falta de recursos pecuniários disponíveis no Juízo deprecado. O Juízo deprecante nem sempre põe à disposição da Autoridade paraense o numerário preciso. Daí porque oficiei a todos os Desembargadores Corregedores do Brasil no sentido de orientarem os seus Magistrados para depositarem previamente as importâncias destinadas às despesas com o atendimento das Cartas, quando não relacionadas com acusados pobres ou patrocinados, no Cível, pela Assistência Judiciária, atribuindo ao Desembargador Assessor a incumbência de todo o expediente.

2.3. Além da obediência devida aos atos anteriores, representados por Portarias, Circulares e Provimentos, outros se fizeram inevitáveis como veículos de orientação quanto ao respeito às normas legais ou para apurar responsabilidades por faltas cometidas no exercício das funções, valendo registrar:

a — Portaria no. 03/79: determinando aos Juízes de Direito da Capital o fiel atendimento à disposição do artigo 371 da Resolução no. 7 e estendendo essa obrigação aos Juízes de Direito do Interior e aos Pretores, em geral, assim como aguardarem, nas suas respectivas funções, a concessão de férias, passando o exercício de seus cargos aos seus substitutos.

b — Portaria no. 04/79: Ordenando aos Senhores Magistrados a intimação do Representante do Ministério Público de seus despachos indeferitórios de pedidos de prisão preventiva ou deferitórios de relaxamento de prisão em flagrante.

c — Portaria no. 13/79: prorrogando, por quarenta e cinco (45) dias, os efeitos das normas contidas nas letras a, b e c da Portaria no. XIX, de 24 de novembro de 1978, do Desembargador Nelson Amorim, quando Corregedor Geral.

d — Portaria no. 07/79: mandando proceder Sindicâncias no Cartório da cidade de Tucuruí sobre a conduta funcional de sua titular em razão de Representação do MM. Juiz do

Trabalho Substituto quando na Presidência da 4a. Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

e — Portaria no. 08, 89: instituindo Comissão, sob a Presidência da MM. Juíza de Direito de Nova Timboteua, para instaurar Processo Administrativo contra o titular do Cartório de Registro Civil de Peixe-Boi, Termo Judiciário da Comarca.

f — Portaria no. 18/79: instituindo a Comissão, sob a Presidência da MM. Juíza de Direito de Curuçá, para instaurar processo Administrativo contra a titular do Cartório de Registro Civil de Vista Alegre, Distrito da Comarca.

a — Circular s/no.—79: recomendando aos Senhores Juízes a remessa, através da Superintendência do Sistema Penal, dos expedientes ao Presídio "São José" e Penitenciária "Governador Fernando Guilhaon", quando o interessado for interno não apenado.

b — Circular no. 02/79: recomendando aos Senhores Juízes adotar providências para o retorno de acusado, ainda respondendo a processo, vindo para o Presídio "São José" por determinação desta Corregedoria, desde que tenham desaparecido os motivos determinantes do internamento.

c — Circular no. 04/79: recomendando aos Senhores Escrivães o fiel atendimento ao artigo 155, item II, do Código de Processo Civil, com a nova redação dada pela Lei no. 6.515, de 26 de fevereiro de 1977.

d — Circular no. 06/79: recomendando a não efetivação de concursos para as Serventias, "ex-vi" do § 2o. do artigo 206 da Constituição Federal, incorporado pela Emenda Constitucional no. 7, de 13 de abril de 1977, até cumprimento de seu § 1o. (do artigo 206, citado).

a — Provimento no. 01/79: regulamentando a concessão de férias aos Senhores Magistrados, face à sistemática criada pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

b — Provimento no. 02/79: dando nova redação ao artigo 1o. do Provimento no. 3, de 27 de setembro de 1977, estendendo às Comarcas de Abaetetuba, Alenquer, Bragança, Cametá, Capanema, Castanhal, Marabá e Santarém os benefícios atribuídos aos Ofícios de Notas de Belém.

2.4. As demais atividades estão retratadas no quadro anexo, inclusive as relativas à Assessoria quanto às Cartas.

Belém, 17 de janeiro de 1980  
RAYMUNDO HÉLIO DE PAIVA MELLO  
Corregedor Geral da Justiça

# Dados Complementares

PROTOCOLO DO TJE	
EXPEDIENTE RECEBIDO	
OFÍCIOS RECEBIDOS E PROTOCOLADOS .....	83
OFÍCIOS RECEBIDOS SEM PROTOCOLO .....	429
TELEGRAMAS .....	98
TOTAL .....	610
EXPEDIENTE REMETIDO	
OFÍCIOS DA PRESIDÊNCIA E SECRETARIA .....	1.098
OFÍCIOS DA VICE-PRESIDÊNCIA .....	283
RESOLUÇÃO .....	1
PORTARIAS .....	280
ALVARÁS DE SOLTURA .....	43
SALVO-CONDUTOS .....	6
TELEGRAMAS .....	295
CIRCULARES .....	9
MEMORANDUM .....	72
TOTAL .....	2.087

SESSÕES REALIZADAS			
	SESSÕES ORDINÁRIAS	SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS	TOTAL
1a. Câmara Penal Isolada	33	1	34
2a. Câmara Penal Isolada	31	—	31
3a. Câmara Penal Isolada	38	—	38
1a. Câmara Cível Isolada	33	1	34
2a. Câmara Cível Isolada	31	—	31
3a. Câmara Cível Isolada	38	—	38
Câmaras Reunidas Penais	38	3	41
Câmaras Reunidas Cíveis	38	1	39
Tribunal Pleno	19	11	30
TOTAL	299	17	316
TRIBUNAL PLENO – FEITOS JULGADOS			
DESEMBARGADORES			
LYDIA DIAS FERNANDES .....			6
ALUIZIO LEAL .....			—
SÍLVIO HALL DE MOURA .....			—
MANOEL CACELLA ALVES .....			1
ANTONIO KOURY .....			—
RICARDO BORGES FILHO .....			—
ARY DA MOTTA SILVEIRA .....			—
EDGAR LASSANCE CUNHA .....			—
MANOEL DE CHRISTO ALVES FILHO .....			—
RAYMUNDO HÉLIO DE PAIVA MELLO .....			—
NELSON AMORIM .....			—
OSSIAM CORRÊA DE ALMEIDA .....			—
STÉLEO MENEZES .....			—
ALMIR DE LIMA PEREIRA .....			—
CALISTRATO MATTOS .....			—
TOTAL .....			7
RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA			
RECEBIDOS E DESPACHADOS .....			46

## CÂMARAS REUNIDAS – FEITOS JULGADOS

DESEMBARGADORES	Câmaras Cíveis	Câmaras Criminais	Total
ALUÍZIO LEAL	—	21	21
OSWALDO POJUCAN TAVARES	—	223	223
SÍLVIO H. DE MOURA	2	1	3
CACELLA ALVES	6	1	7
ANTONIO KOURY	3	—	3
RICARDO BORGES FILHO	6	—	6
ARY DA M. SILVEIRA	—	—	—
LASSANCE CUNHA	3	1	4
CHRISTO ALVES	5	—	5
NÉLSON AMORIM	1	—	1
OSSIAM ALMEIDA	2	—	2
STÉLEO MENEZES	3	—	3
ALMIR DE LIMA PEREIRA	2	—	2
CALISTRATO MATTOS	2	—	2
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>247</b>	<b>282</b>

## CÂMARAS ISOLADAS – FEITOS JULGADOS

DESEMBARGADORES	1a. Câmara Criminal	1a. Câmara Cível	Total
SÍLVIO H. DE MOURA	2	7	9
CACELLA ALVES	44	28	72
ANTONIO KOURY	48	29	77
RICARDO B. FILHO	31	10	41
<b>TOTAL</b>	<b>125</b>	<b>74</b>	<b>199</b>
	2a. Câmara Criminal	2a. Câmara Cível	Total
RICARDO B. FILHO	—	2	2
ARY DA M. SILVEIRA	20	19	39
LASSANCE CUNHA	42	20	62
CHRISTO ALVES	44	18	62
NELSON AMORIM	14	5	19
<b>TOTAL</b>	<b>120</b>	<b>64</b>	<b>184</b>
	3a. Câmara Criminal	3a. Câmara Cível	Total
LASSANCE CUNHA	—	1	1
CHRISTO ALVES	—	6	6
NELSON AMORIM	2	7	9
OSSIAM ALMEIDA	10	16	26
STÉLEO MENEZES	52	23	75
ALMIR DE LIMA PEREIRA	46	26	72
CALISTRATO MATTOS	15	7	22
<b>TOTAL</b>	<b>125</b>	<b>86</b>	<b>211</b>

VOTOS PROFERIDOS				
DESEMBARGADORES	Tribunal Pleno	Câmaras Reunidas	Câmaras Isoladas	Total
LYDIA D. FERNANDES	4	—	—	4
ALUIZIO LEAL	—	21	—	21
POJUCAN TAVARES	495	283	—	778
SÍLVIO H. DE MOURA	135	64	37	236
CACELLA ALVES	503	237	196	936
ANTÔNIO KOJRY	511	284	201	996
RICARDO B. FILHO	381	206	198	785
ARY DA M. SILVEIRA	296	140	142	578
LASSANCE CUNHA	303	191	178	672
CHRISTO ALVES	394	185	202	781
PAIVA MELLO	338	—	1	339
NELSON AMORIM	334	205	160	699
OSSIAM ALMEIDA	511	226	191	928
STÉLEO MENEZES	506	261	182	949
ALMIR DE L. PEREIRA	404	280	187	871
CALISTRATO MATTOS	277	255	101	633
TOTAL	5.392	2.838	1.976	10.206

CONSELHO DA MAGISTRATURA	
SESSÕES ORDINÁRIAS	17
SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS	1
APRECIADOS E JULGADOS	
RECURSOS CÍVEIS	23
REPRESENTAÇÃO E SINDICÂNCIA	1
RECURSO PENAL	1
REPRESENTAÇÕES	7
PROCESSO ADMINISTRATIVO	1
AUTOS DE SINDICÂNCIA	1
RELATORES	
DESA. LYDIA DIAS FERNANDES	5
DES. OSWALDO POJUCAN TAVARES	—
DES. RAYMUNDO HÉLIO DE PAIVA MELLO	—
DES. ARY DA MOTTA SILVEIRA	7
DES. NELSON AMORIM	7
DES. STÉLEO MENEZES	7
DES. ALMIR DE LIMA PEREIRA	8
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	
OFÍCIOS EXPEDIDOS	995
OFÍCIOS RECEBIDOS	301
TELEGRAMAS EXPEDIDOS	33
TELEGRAMAS RECEBIDOS	15
RECLAMAÇÕES	181
PEDIDOS DE PROVIDÊNCIA	46
REPRESENTAÇÕES	22
RECURSOS ENCAMINHADOS	14
PORTARIAS	26
PROVIMENTOS	4
CIRCULARES	52
PEDIDOS DE CORREIÇÃO	22
PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO	2
PARECERES	230
DECISÕES	158
CORREIÇÕES	3
INSPEÇÃO	1
SINDICÂNCIAS	5
MEMORANDUM	5
PRECATÓRIAS PROVIDENCIADAS-ASSESSORIA DA	
CORREGEDORIA	65

## DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

Comarcas atendidas: Itaituba, Óbidos, Muaná, Moju, Oriximiná, Ponta de Pedras, São Miguel do Guamá, Viseu, Maracanã, Breves, Conceição do Araguaia, Tucuruí, Santa Izabel do Pará, Baião, Igarapé-Açu, Nova Timboteua, Vigia, Curuçá, Castanhal, Cachoeira do Arari, Altamira, Monte Alegre.

Termos atendidos: Mocajuba, Colares, Peixe-Boi, São Francisco do Pará, Bujaru, Itupiranga, Salvaterra, Santo Antônio do Tauá, Curralinho, Bagre, Portel, Santa Maria do Pará, Ananindeua, Limoeiro do Ajuru, São Sebastião da Boa Vista.

### MATERIAL DE CONSUMO

Comarcas atendidas: Cametá, Tomé-Açu, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Bragança, Viseu, Monte Alegre, Capanema, Santa Izabel do Pará, Igarapé-Açu, São Miguel do Guamá, Tucuruí, Gurupá, Igarapé-Miri, Vigia, Breves, Marapanim, Maracanã, Muaná, Moju, Curuçá, Castanhal, Marabá, Abaetetuba, Ourém, Nova Timboteua, Baião, Óbidos, Conceição do Araguaia, Cametá, Altamira, Itaituba, Oriximiná, Paragominas, Soure, Afuá, Alenquer.

Termos atendidos: Mocajuba, Barcarena, Igarapé-Miri, Primavera, Ananindeua, São Sebastião da Boa Vista, Bujaru, Magalhães Barata, Santa Cruz do Arari, Faro, Capitão Poço, São Francisco do Pará, Baião, Bagre, São Domingos do Capim, Santo Antônio do Tauá, Portel, Viseu, Curuçá, Itupiranga, Tomé-Açu, Abaetetuba, Curralinho, Melgaço, Augusto Corrêa, Oeiras do Pará, Inhangapi, São Caetano de Odivelas, Acará, Salvaterra, Irituia, Bonito, Peixe-Boi, Santa Maria do Pará, Moju, Benevides, Colares, Itaituba, Juruti, Ponta de Pedras, Porto de Moz, Limoeiro do Ajuru, Primavera, Jacundá, Igarapé-Açu, Chaves, Anajás, Abaetetuba, Alenquer, Aveiro, Almeirim, São João do Araguaia, Salinópolis, Senador Porfírio, São Félix do Xingu, Nova Timboteua.

## MOVIMENTO DA BIBLIOTECA

	LIVROS	PERIÓDICOS
EMPRÉSTIMOS	155	67
CONSULTAS	203	59
COMPRA	13	72
DOAÇÕES RECEBIDAS	82	254
PERMUTAS RECEBIDAS	—	59
TÍTULOS PROCESSADOS	112	235
VOLUMES PROCESSADOS	122	317
PUBL. ENV. EM PERMUTA	—	91
ENTREGA DE PUBLICAÇÕES	1	1.244
ASSINATURAS NACIONAIS	—	4

## SETOR DE CONTABILIDADE

O Balanço Anual do Poder Judiciário apresentou o seguinte quadro:

### BALANCETE ORÇAMENTÁRIO

	DOTAÇÃO	EMPENHADO	SALDO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	31.277.600,86	29.722.913,77	1.554.687,09
JUIZADO DO INTERIOR	23.814.784,00	23.213.618,16	601.165,84
FORUM	9.330.470,16	8.687.903,08	642.567,08
REPARTIÇÃO CRIMINAL	7.917.111,60	7.481.909,79	435.201,81
CORREGEDORIA	927.033,38	798.606,95	128.426,43
TOTAL	73.267.000,00	69.904.951,75	3.362.048,25

PROJETO DE CONSTRUÇÃO DO ANEXO DO T.J.E.

DOTAÇÃO  
1.000.000,00

REPASSADO À SEVOP  
1.000.000,00

SALDO

### BALANCETE FINANCEIRO

	RECEITA	DESPESA	SALDO RECOLHIDO A SEFA EM 28.12.79
REPASSE DE ORDENS DE CRÉDITO FEITO ATRAVÉS DA SEFA	71.343.500,21		
PAGAMENTOS EFETUADOS AS SEQUENTES UNIDADES:			
TRIBUNAL DE JUSTIÇA		29.714.487,32	
JUIZADO DO INTERIOR		23.213.618,16	
FORUM		8.687.903,08	
REPARTIÇÃO CRIMINAL		7.481.909,79	
CORREGEDORIA		798.606,95	
AUXÍLIO FUNERAL		67.128,00	
PROJETO DE CONSTRUÇÃO DO ANEXO DO T.J.E.		1.000.000,00	
TOTAL	71.343.500,21	70.963.653,30	379.846,91

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DO PARÁ  
BIBLIOTECA

N.Cham. 341.4192509811 P221r F

Autor: Pará. Tribunal de Justiça

Título: Relatório da Presidência : exercício de 1979.



2105

1553

Ex.1 TJE-PA BC

341.4  
P221  
F  
Ex.1